



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11879 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 11 - Política da Educação Superior

**PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: ACESSO E PERMANÊNCIA A PARTIR DO CONCEITO DE CAPITAL CULTURAL**

Fernando Guimarães Pimentel - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO UNIRIO

**PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: ACESSO E PERMANÊNCIA A PARTIR DO CONCEITO DE CAPITAL CULTURAL**

O presente trabalho constitui um recorte de pesquisa em desenvolvimento no âmbito de doutorado. A pesquisa tem por proposta comparar três programas de pós-graduação em História na cidade do Rio de Janeiro, pertencentes às Universidades Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) no que se refere às suas histórias de criação e consolidação, suas estruturas e políticas de acesso, suas tendências político-epistemológicas bem como suas relações com a pesquisa e o ensino. No recorte aqui apresentado, propomos discutir, num âmbito mais amplo, o acesso e a permanência de estudantes ao sistema de pós-graduação brasileiro. Nos valem da revisão de bibliografia sobre o tema, da apresentação e análise de dados estatísticos e do diálogo com o conceito de capital cultural desenvolvido por Pierre Bourdieu (2014).

As políticas públicas de reparação histórica ao racismo e às desigualdades de classes e de gênero na educação brasileira vem apresentando resultados importantes e discussões sobre sua efetividade e alcance. Duas décadas se passaram desde as primeiras legislações sobre reserva de vagas nas universidades públicas no acesso aos cursos de graduação. Muita coisa mudou desde então, seja no âmbito legal, seja no dia a dia das universidades que, incluindo em suas dependências parcela da população anteriormente excluída, se deparou com a necessidade de planejar e executar não somente o acesso, mas igualmente a permanência desses estudantes. Por outro lado, permanecem dificuldades e barreiras de ordem econômica e legislativa. Uma das mais significativas está no acesso (e permanência) aos programas de pós-graduação. Na esfera federal, por exemplo, não há legislação que determine a reserva de

vagas. O que há é a iniciativa das universidades e institutos federais em promover cotas a partir de determinações internas dos seus programas, amparadas por resoluções dos conselhos superiores e pela portaria n. 13, de 11/05/2016 do Ministério da Educação.

Na esteira do que propõe Bourdieu (2014) entendemos o sistema educacional como um mercado de bens simbólicos, no qual o diploma (ou o certificado) possuem papel central cujo valor ultrapassa, inclusive, a medida temporal, geralmente permanecendo válido mesmo se o conhecimento que ele certifica não corresponder mais a necessidade ou atualidade do campo científico/técnico. Ter acesso, portanto, ao último nível de escolaridade que diploma mestres e doutores é fator de classificação e diferenciação social significativo, sobretudo num país em que os bens educacionais são ofertados e consumidos de maneira bastante desigual entre as classes e os grupos étnicos/raciais.

Como se pode mensurar, por exemplo, o capital cultural (incorporado e objetivado) que um estudante possui para entrar nos programas, ou para publicar numa revista? O que é preciso ter? Tempo para se dedicar a um grupo de pesquisa (o que necessariamente lhe rende capital cultural e um capital simbólico no reconhecimento da capacidade e valor perante seu orientador(a) e na comparação com outros estudantes); dinheiro, ou capital econômico, que lhe possibilite usar esse tempo para os estudos e não ter que trabalhar por exemplo; capital cultural objetivado, na forma de livros, computadores e acesso a bens dessa natureza (BOURDIEU, 2014)? É possível, por exemplo, considerar que o fato de ser negro afeta negativamente o acesso a esses capitais?

Gonçalves (2019), a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domicílios de 2004 e 2013 apresentam alguns dados sobre o nível de escolaridade da população negra e sua presença nos cursos de mestrado e doutorado considerando tanto o Brasil como um todo, quanto as unidades federativas separadamente. Os dados apontam que em 2004 a taxa de negros com pós-graduação era de 0,12%, saltando para 0,24% em 2013, enquanto a taxa de pessoas brancas com o mesmo nível de escolaridade cresceu de 0,62% para 1,14%. Quanto à taxa de pessoas negras que frequentavam curso de mestrado ou doutorado, considerando o mesmo período (2004-2013), os autores informam que essa aumentou de 0,25% para 0,36% enquanto entre brancos, aumentou de 0,89% para 1,09%. Tanto no primeiro, quanto no segundo caso os autores entendem que a variação da taxa entre os brancos foi maior, apesar do aumento observado também entre os negros o que os leva a concluir a necessidade de ampliação das políticas de promoção da igualdade racial.

Temos acordo com a conclusão apresentada, entretanto, divergindo da análise sobre os dados. Na realidade, tanto na taxa de nível de escolaridade, quanto na taxa de pessoas que frequentam os cursos, o aumento da participação da população negra foi maior do que o da população branca, apresentado um crescimento de 100% para o primeiro caso (de 0,12 para 0,24%) versus aproximadamente 83% (de 0,62 para 1,14%) entre os brancos. Já no segundo caso o aumento entre os negros foi ainda mais expressivo se comparando aos brancos, crescendo 44% (de 0,25 para 0,36%) versus 22% (de 0,89 para 1,09%).

A capacidade de acúmulo de bens culturais pela população negra, como se observa, ainda encontra barreiras estruturais no mercado educacional brasileiro, o que significa a urgência de políticas públicas que caminhem na direção da redução das diferenças de acesso e manutenção desses bens, notadamente o diploma. A pós-graduação, portanto, configura-se atualmente como o “último bastião dominado pela elite brasileira no campo da educação a se abrir” para a discussão da inclusão e da reserva de vagas (GONÇALVES, 2019).

Promover políticas de inclusão e reparação histórica implica em construir maneiras de possibilitar o acesso aos bens educacionais, como os cursos pós-graduados. Mas não somente o acesso, ou seja, a possibilidade de concorrer e se classificar em processos seletivos garante que aquele bem (o diploma) será conquistado. Daí a importância, por exemplo, das bolsas de permanência para alunas/os com menos capital econômico e cultural objetivado, porque tendem a equilibrar ou ao menos dirimir o desequilíbrio perante aqueles oriundos da classe média (branca) e que podem dispor de seu tempo para os estudos sem a necessidade de trabalhar. Igualmente importante é o acesso aos instrumentos como computador e internet disponibilizados nas universidades e a bibliotecas nas quais seja garantido o acesso a obras diversas que contribuam na acumulação de capital cultural incorporado. Enfim, é a dinâmica e a dialética da transformação de trabalho em capital, medida pelo tempo possível de dedicação a essa transformação.

**Palavras-chave:** Capital cultural; Pós-graduação; Racismo; Universidade.

## REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. 15ª edição. Organização de Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis: Vozes, 2014.
- COLOMBO, Daniel Gama e. **A desigualdade no acesso à pós-graduação stricto sensu brasileira: análise do perfil dos ingressantes de cursos de mestrado e doutorado**. Caderno de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais. INEP, v. 1, 2018.
- CUNHA, Luiz Antônio C. R. **A pós-graduação no Brasil: função técnica e função social**. Revista de Administração de Empresas. 14 (5), out/1974.
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira et al. **Acesso de negras e negros à pós-graduação**. Revista da ABPN. v. 11, Ed. Especial - Caderno Temático: Raça Negra e Educação 30 anos depois: e agora, do que mais precisamos falar? abril de 2019, p.176-206.
- OLIVEIRA Marlize Rubin; FRANCO, Maria Estela Dal Pai. **Do internacional ao local Desafios da Pós-graduação no Brasil**. Trabalho apresentado na 35ª Reunião Nacional da Anped. GT 11 – Política de Educação Superior. Porto de Galinha – PE, 2012.

SAVIANI, Demerval. **Meio século de Pós-graduação no Brasil. Do período heroico ao produtivismo pela mediação de um modelo superior às suas matrizes.** Movimento-Revista de Educação, Niterói, ano 7, n.14, Edição Especial, p. 12-39, 2020.